

Duas chaves para o problema dos incêndios das florestas: Vigilância e Repovoamento

Carlos Tavares, Setembro de 2024

Há 21 anos, enquanto ministro da Economia, decidi sobre a atribuição de frequências adicionais na então nova tecnologia UMTS (3G) aos operadores de telefonia móvel (TMN, Vodafone, Optimus e Oniway). A concessão foi feita mediante cumprimento de um conjunto de contrapartidas, de que se destacava o financiamento de quatro projectos necessários ao desenvolvimento da Sociedade de Informação: Cidadãos com Necessidades Especiais; Portal do Cidadão; Saúde; e **Vigilância de Florestas**. Recordei este facto porque na multiplicidade de diagnósticos que recorrentemente são feitos sempre que há a tragédia dos grandes incêndios – a limpeza das matas, o ordenamento do território, os eucaliptos, os incendiários ... - uns mais fundamentados e realistas do que outros, têm sido aparentemente postos em segunda linha, em posição subalterna, dois temas cruciais: a vigilância das florestas e o despovoamento do Interior.

Tenho ouvido de especialistas a afirmação – de lógica inabalável – que o combate a um incêndio será tanto mais eficaz quanto mais precoce e determinado ele for. O que só pode ser conseguido através de uma vigilância contínua e próxima das áreas florestais. Noutra tempo isso era assegurado pelas populações e pelos guardas florestais que habitavam bem no interior das florestas e que foram apressadamente desactivados, sem substituição equivalente. O projecto concebido como contrapartida das licenças UMTS consistia precisamente na aplicação da melhor tecnologia disponível à vigilância florestal e, conseqüentemente, à detecção precoce de fogos florestais. Com a substituição do Governo no ano seguinte, em 2004, não segui o desenvolvimento dos projectos contratados, presumindo sempre que as respectivas obrigações seriam, como é natural, integralmente cumpridas. O tempo veio a mostrar que tal não aconteceu. Acresce que, com a evolução da tecnologia, os meios hoje disponíveis são incomparavelmente mais diversificados e eficazes (câmaras de alta precisão, satélites, drones, etc) e que, funcionando em rede e em tempo real, permitiriam a detecção e o combate de incêndios em fase inicial e com os meios apropriados, para além de serem um poderoso dissuasor (ou identificador) de acções criminosas. Com uma adequada articulação com previsões meteorológicas mais finas e precoces – que actualmente também serão possíveis – teríamos um sistema preventivo que representaria um enorme salto face à situação presente.

Pouco tempo antes da terrível vaga de incêndios deste mês de Setembro, num debate sobre inovação, tive ocasião de colocar a dúvida sobre as razões que levaram a que o projecto de vigilância das florestas, contratualmente acordado em 2003, não tivesse sido concretizado. E obtive duas explicações concretas, sendo que qualquer delas não pode deixar de nos surpreender e incomodar. A primeira prende-se com questões relativas à protecção de dados que a instalação de câmaras nas florestas poderia suscitar (!). Não sei se se estaria a pensar na protecção dos direitos de imagem dos incendiários ou mesmo dos lobos, coelhos, corujas e raposas que habitam as florestas... A segunda razão – eventualmente relacionada com a primeira – terá sido, aparentemente, a substituição (pelo menos em parte) da obrigação inicialmente assumida pelos operadores por participação no financiamento dos computadores portáteis escolares “Magalhães”, de que muitos ainda se recordarão. Tive ainda a informação de que um dos operadores de telefonia móvel terá proposto recentemente a realização de um projecto na mesma área, utilizando tecnologia de ponta para o efeito, com custos que só podem ser considerados irrisórios quando comparados com o sofrimento humano e os custos materiais que os grandes incêndios têm provocado. Aparentemente, o projecto

não despertou o interesse dos decisores... Por isso, não podemos deixar de nos surpreender pelo facto de, entre tantos remédios e soluções que nos últimos dias têm sido aventados, quase não se ter falado numa coisa tão simples como a vigilância e o combate precoce dos incêndios. O que certamente levará menos tempo do que as soluções de que sempre ouvimos falar, mas que não só não acontecem, como muitas não são sequer realistas.

O Interior está geograficamente definido e delimitado pela portaria 208/2017. O **repovoamento do Interior** seria outra das chaves – esta de natureza mais estrutural e com horizonte de médio prazo – para os problemas da gestão da floresta e dos incêndios. Ele permitiria reformular a própria economia da floresta, impulsionando a sua reestruturação gradual e o seu cuidado. Tornaria também mais viáveis e úteis medidas como as que, já em 2010, Miguel Cadilhe designou por “políticas contra o desmazelo florestal”. Apesar de todas as declarações políticas de afecto pelo Interior, muito pouco se tem feito para inverter a tendência persistente para o seu despovoamento e para a progressiva “litoralização” do País. O repovoamento das regiões do Interior só se pode fazer com políticas coerentes e persistentes de atracção de populações com base na criação de condições económicas, fiscais e de vida que as tornem competitivas em comparação com as sobrecarregadas regiões litorais. Tenho defendido, em escritos recentes e em artigo que será publicado em iniciativa do Círculo de Estudos do Centralismo, uma redução substancial da tributação dos residentes permanentes no Interior, a par de um regime contratual de investimento específico, a celebrar entre o Estado – de preferência descentralizado – e as empresas que sejam bem dimensionadas e tenham contribuído significativo em valor acrescentado gerado no Interior. Entendamo-nos, sem tais empresas, novas e competitivas, não haverá um Interior livre, povoado, desenvolvido. Com melhores infraestruturas (em alguns casos já existentes), com mais investimento empresarial de boa escala (que não há ou é extremamente escasso) e com mais pessoas no Interior, passaríamos a ter um círculo virtuoso de reequilíbrio económico do território, com muitas externalidades positivas. Entre estas avultariam melhores condições de protecção e viabilização da insubstituível fonte de riqueza e de bem estar que é a nossa floresta.

Infelizmente, esta ideia de desenvolvimento tem tido o mesmo destino do projecto de vigilância das florestas: esquecida e substituída por outras mais imediatas...